

D. CRISTÓVÃO DE MOURA E A CASA DOS MARQUESES DE CASTELO RODRIGO. PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO E LINHAS DE ANÁLISE SOBRE A FIGURA DO GRANDE PRIVADO DE D. FILIPE I

SANTIAGO MARTÍNEZ HERNÁNDEZ*

O objectivo destas páginas é oferecer um primeiro balanço geral sobre D. Cristóvão de Moura, primeiro marquês de Castelo Rodrigo, o artífice da agregação de Portugal à Monarquia Hispânica em 1580 e o grande privado do rei D. Filipe I na sua última década de reinado. Desde o seu início, em 2006, o propósito da nossa investigação, não é, como poderia parecer, reescrever a magnífica biografia que, por volta de 1900, foi concluída pelo diplomata, historiador e académico correspondente da Real Academia da História de Espanha, Alfonso Danvila, entusiástico admirador de D. Cristóvão de Moura¹. Não restam dúvidas, no entanto, que apesar de a sua obra proporcionar uma visão muito completa da trajectória daquele que foi o primeiro marquês de Castelo Rodrigo, especialmente dos anos relacionados com a sua missão diplomática ao longo do processo de agregação da Coroa

* Investigador-Professor (Programa “Ramón y Cajal”), Departamento de História Moderna da Universidade Complutense de Madrid e investigador de referência do Instituto Universitário “La Corte en Europa” (Universidade Autónoma de Madrid). O presente trabalho insere-se no projecto de investigação *Dom Cristóvão de Moura, o 1.º Marquês de Castelo Rodrigo, e a nobreza portuguesa na corte dos Filipes, 1554-1613. A arte da privança e a retórica do poder*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/29383/2006). Agradeço à doutora Susana Bastos Mateus a sua generosa ajuda na tradução do presente texto.

¹ A. DANVILA Y BURGUEO, *Diplomáticos españoles. Don Cristóbal de Moura, primer Marqués de Castel Rodrigo (1538-1613)*, Madrid, Fortanet, 1900. Sobre a repercussão da sua obra, veja-se, F. FITA COLOMÉ, “Noticias”, em *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 36 (1900), p. 260.

de Portugal e dos seus territórios ultramarinos à Monarquia Hispânica (1578-1581)², tal estudo deixa sem definir facetas igualmente interessantes, as quais só foram abordadas com a profundidade necessária graças à descoberta de novos fundos documentais, aos quais provavelmente não teve acesso Danvila e cuja existência desconhecia. Nesse sentido, é necessário recordar que o historiador não pôde consultar a riquíssima documentação da Casa de Altamira – na sua maior parte então inacessível³ –, entre a qual se contam inúmeros papéis de Moura que remetem ineludivelmente para a sua ampla actividade política. Danvila deixou igualmente de lado outros fundos valiosos – então ainda não catalogados – como os da Real Biblioteca de Madrid (especialmente os relativos à secção *Correspondencia del Conde de Gondomar*) talvez até por falta de informação sobre o conteúdo ou, inclusivamente, por ausência de autorização.

Danvila também não utilizou documentação portuguesa. Talvez por isso não se interessou em aprofundar alguns aspectos relevantes que a longa biografia de Moura apresenta, como os estreitos vínculos de D. Cristóvão com a sua terra natal, iludindo a imprescindível análise que reclamava o seu protagonismo no governo do reino de Portugal depois da agregação e em especial durante os seus dois mandatos consecutivos como vice-rei. O peso documental da sua, não obstante, magnífica obra, é sustentado pelo amplo conjunto de papéis que pôde consultar no Archivo dos Príncipes Pío de Sabóia, cujas portas lhe foram franqueadas pelo príncipe D. Juan Falcò y Trivulzio, XV Marquês de Castelo Rodrigo, no Archivo General de Simancas, na esquiva “Colección Belda”, Archivo del Ministerio de Estado (desde 1938 de Asuntos Exteriores) e na Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España.

Por tudo isto se tornava necessário tanto o acesso aos mesmos fundos sobre os quais trabalhou Danvila, como, sobretudo e muito em especial, a incorporação de novas fontes documentais como as já mencionadas da *Colección Altamira* – hoje repartidas de forma desigual pela British Library de Londres, pela Bibliothèque Publique et Universitaire de Geneve, pela Biblioteca Francisco de Zabálburu (Madrid) e pelo Instituto de Valencia de Don Juan (Madrid) – assim como os fundos das diferentes secções da Torre do Tombo, da Biblioteca da Ajuda, da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Évora e da Biblioteca Nacional de Portugal. A estes se juntam as informações que foram localizadas e consultadas na *Sección de Manuscritos Españoles y Portugueses* da Biblioteca Nacional de França, na Biblioteca Nacional de España, e na Real Academia de la Historia (Madrid), Archivo Histórico Nacional (Madrid), na Real Biblioteca (Palácio Real de Madrid),

² A. DANVILA Y BURGUERO, *Felipe II y el Rey Don Sebastián de Portugal*, Madrid, Espasa Calpe, 1954; *Felipe II y la sucesión de Portugal*, Madrid, Espasa Calpe, 1956.

³ G. de ANDRÉS, “La dispersión de la valiosa colección bibliográfica y documental de la Casa de Altamira”, *Hispania*, tirada aparte do tomo XLVI (1986), pp. 587-635.

Archivo General de Palácio (Madrid), Archivo Histórico de Protocolos Notariales (Madrid), Archivo de los Marqueses de Santa Cruz (Madrid), Archivo de los Condes de Orgaz (Ávila), Archivo General de Simancas (Valladolid), Archivo Ducal de Medinaceli (Sevilla), Biblioteca Ambrosiana (Milão), Archivo Ducal de Medina Sidónia (Sanlúcar de Barrameda), Archivo de los Duques de Alba (Madrid) e a Biblioteca de la Fundación Príncipe de Asturias (Oviedo), entre outros.

Estas fontes, sem dúvida relevantes, pois complementam as informações proporcionadas por Danvila, conduzem à formação de uma imagem renovada da figura de D. Cristóvão de Moura, inserido num contexto muito mais amplo do que aquele que foi imaginado pelo seu primeiro e único grande biógrafo moderno. Os estudos iniciados há décadas atrás por António M. Hespanha, Joaquim Romero Magalhães, António de Oliveira, Stuart Swartz, etc. e continuados por historiadores como Fernando Bouza, Santiago de Luxán Menéndez, Rafael Valladares, Diogo Ramada Curto, Avelino de Freitas de Meneses, Jean-Frédéric Schaub, Carlos Margaça Veiga, José Pedro Matos Paiva, Mafalda S. da Cunha, Fernanda Olival, Ângela Barreto Xavier, Federico Palomo ou Paulo Varela Gomes, entre outros, contribuíram para ampliar e para enriquecer as perspectivas de análise e as abordagens historiográficas sobre o Portugal dos Áustrias. É desnecessário dizer que a minha investigação é, ou tenta ser, herdeira directa dessas tão importantes contribuições, especialmente as do professor Bouza, a quem devemos os mais importantes estudos modernos sobre o Portugal dos Felipes e o peso dos Castelo Rodrigo na governação do reino. Do mesmo modo, a historiografia dedicada à corte na época moderna, e cujas principais contribuições em Espanha foram patrocinadas pelo instituto Universitário “La Corte en Europa” (Universidade Autónoma de Madrid) – dirigido pelo professor José Martínez Millán –, permitiu caracterizar Moura como um dos maiores protagonistas do espaço áulico das duas últimas décadas da Monarquia de D. Filipe I.

A proposta inicial de investigação na qual temos trabalhado activamente desde finais de 2006, e cujos primeiros trabalhos foram divulgados e publicados a partir de 2007⁴, articula-se em torno de várias linhas de aná-

⁴ Biografias do segundo e do terceiro marquês de Castelo Rodrigo, D. Manuel e D. Francisco de Moura Corte Real, para o *Dicionário Biográfico Espanhol* da Real Academia da História (2007); “Os Marqueses de Castelo Rodrigo e a nobreza portuguesa na Monarquia Hispânica: estratégias de legitimação, redes familiares e interesses políticos entre a Agregação e a Restauração (1581-1651)”, *Ler História*, 57 (2009), pp. 7-32; *La privanza del papel: Cristóvão de Moura y el control de la documentación de Estado en la Monarquía de Felipe II*, conferência efectuada a 21 de Janeiro de 2009 na Faculdade de Ciências da Documentação da Universidade Complutense de Madrid; “A fidalguia filipina: D. Cristóvão de Moura e a Casa dos Marqueses de Castelo Rodrigo no Portugal dos Áustrias”, comunicação apresentada no seminário internacional *Portugal e o Mundo Ultramarino Português no âmbito da Monarquia Católica (1581-1640). Investigações em curso*, realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa a 24 de Abril de 2009; “*Fineza, lealtad y zelo*. Estrategias de legitimación y

lise: uma primeira na que se aprofunda a fortuna historiográfica da figura de D. Cristóvão de Moura e a imagem criada pela Casa de Castelo Rodrigo em Portugal para legitimar a sua recente posição de poder; uma segunda, que analisa a acção diplomática de D. Cristóvão como agente da princesa Joana e posteriormente como embaixador de D. Filipe I nas negociações para a proclamação deste como rei de Portugal; uma terceira que remete para a sua dimensão como o grande privado do rei e principal ministro para assuntos portugueses; uma quarta, na que se destacam as suas estratégias nupciais e as origens da sua rede clientelar e familiar em Portugal e em Castela; e, finalmente, tudo o que diz respeito à constituição do seu vasto património senhorial e da sua fazenda em Portugal e em Castela entre 1581 e 1640, assim como a sua actividade de patrono. O projecto inicial foi recentemente modificado e ampliado, de forma que o estudo definitivo abarca também a trajectória de D. Manuel de Moura, o filho e herdeiro de D. Cristóvão, estabelecendo assim um território de análise muito mais amplo que permite abarcar os dois titulares do marquesado durante o tempo de vigência do seu *status* senhorial no Portugal Habsburgo⁵.

*
* * *

Uma vida, muitas histórias.

A memória historiográfica de D. Cristóvão de Moura

A fortuna historiográfica de D. Cristóvão, como em menor medida a dos seus sucessores, não foi em nada propícia nem favorável, especialmente na sua terra de origem, como assinalou há não muito tempo o professor

ascenso de la nobleza lusitana en la Monarquía Hispánica: los Marqueses de Castelo Rodrigo”, em Manuel Rivero Rodríguez (Coord.), *Nobleza hispana, Nobleza cristiana. La Orden de San Juan*, Madrid, Editorial Polifemo, 2009, vol. II, pp. 913-959; “«Ya no hay Rey sin Privado»: Cristóbal de Moura, un modelo de privanza en el Siglo de los Validos”, comunicação apresentada no Congresso Internacional *La evolución de la Casa Real de Castilla y la crisis de la década de 1640*, Instituto de Humanidades (Universidad Rey Juan Carlos) & Instituto Universitario *La Corte en Europa*, Madrid, 9-10 de Novembro de 2009 (artigo na Revista *Libros de la Corte*, n.º 2, Ano 2, Outubro-Inverno 2010, pp. 21-37, em www.librosdelacorte.es).

⁵ Vejam-se também os primeiros resultados em S. MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, “D. Manuel de Moura Corte Real, marqués de Castelo Rodrigo. Propaganda, mecenazgo y representación en la Monarquía Hispánica de Felipe IV”, em O. Noble Wood, J. Roe e J. Lawrance (dirs.), *Poder y saber. Bibliotecas y bibliofilia en la época del Conde-Duque de Olivares*, Madrid, Centro de Estudios Europa Hispánica, 2011, pp. 97-120; “Aristocracia y anti-olivarismo: el proceso al marqués de Castelo Rodrigo, embajador en Roma, por traición y sodomía (1634)”, em J. Martínez Millán e M. Rivero Rodríguez (coords.), *La corte en Europa. Política y religión (siglos XVI-XVIII)*, Madrid, Polifemo & Instituto Universitario “La Corte en Europa”, 2011 (no prelo); e “*En los maiores puestos de la Monarchia: don Manuel de Moura Corte Real, marqués de Castelo Rodrigo, y la aristocracia portuguesa de Felipe IV. Entre la fidelidad y la obediencia (1621-1651)*”, em J. J. Ruiz Ibáñez e P. Cardim (coords.), *Portugal na Monarquia Espanhola. Dinâmicas de integração e de conflito*, 2011, (no prelo).



D. Cristóvão de Moura, gravura, P. P. Rubens & P. Pontius, British Museum, Londres.

Paulo Varela Gomes⁶. Apesar de que os recursos empregues por D. Manuel de Moura para criar uma memória eterna e gloriosa do seu pai tenham sido generosos e escolhidos com grande cuidado, o Primeiro de Dezembro de 1640 e a lealdade demonstrada pelos Castelo Rodrigo aos Habsburgo acabaram com a imagem que, com tanto afincio, se tinha forjado do fundador da Casa e da sua estirpe no Portugal pré-restauracionista.

Não parece, ou pelo menos não tenho indícios para pensar o contrário, que o próprio D. Cristóvão de Moura tivesse interesse em melhorar a sua imagem na sua terra natal, especialmente depois da sua decisiva, e no

⁶ P. Varela GOMES, "Damnatio Memoriae. A arquitectura dos marqueses de Castelo Rodrigo", em J. L. Colomer (dir.), *Arte y diplomacia de la Monarquía Hispánica en el siglo XVII*, pról. de J. Brown, Madrid, Centro de Estudios Europa Hispánica, 2003, pp. 359-361.

entanto, discutida, gestão como embaixador do Rei Católico, que tantos agravados – como beneficiados – tinha gerado. Contudo, o seu filho dom Manuel de Moura, desde que herdou os estados do pai, empenhou-se muito em recuperar a memória de D. Cristóvão, talvez guiado pelo objectivo pessoal de reforçar a sua própria imagem: a de ser filho do grande Cristóvão, no seu afã por legitimar as suas aspirações a um valimento que disputava com o próprio conde duque de Olivares e que já se escapara das mãos do seu pai quando este o havia disputado com Lerma. D. Cristóvão é mencionado, em numerosas ocasiões e em termos altamente elogiosos, na história do reinado de D. Filipe I que Luis Cabrera de Córdoba dedicou ao príncipe Filipe (o futuro D. Filipe III)⁷ e também, e ainda por cima, no *Nobiliário do Conde D. Pedro* de João Baptista Lavanha e em algumas obras de Manuel de Faria e Sousa, obras patrocinadas pelo marquês D. Manuel.

Desconhecemos se em outros textos como o do autor, posteriormente restauracionista, António de Sousa de Macedo, *Flores de España y Excelencias de Portugal*, no qual se fala de D. Cristóvão como “harto conocido en el mundo por su partes”⁸, e em outros coetâneos, houve ou não patrocínio remunerado dos Castelo Rodrigo, mas as elogiosas referências ao grande ministro português que aparecem nelas sugerem um certo dirigismo. Neste sentido, deve-se recordar que o poeta e historiador Manuel de Faria e Sousa, ao serviço dos Moura entre 1624 e 1634, refere na sua autobiografia *Fortuna*, que D. Manuel de Moura tinha encomendado a um parente seu, um tal de Rui Barreto de Moura, a elaboração de uma “historia de la familia Moura”. Este historiador, segundo Faria, consultava-o em todos los aspectos da mesma, “aprovechándose siempre de mis reparos y advertencias... y bien podría decir yo que aquella obra era mía, pues el no salir deslucida se debía a mis retoques”. O próprio marquês encarregou Faria “que tomase a su cuenta aquella escritura”, assunto que o autor “no lo quise hacer aunque la di principio por no disgustarle tanto”⁹.

Ignoramos se a obra que Faria mencionava é a biografia manuscrita anónima de D. Cristóvão, escrita em língua portuguesa, que hoje se conserva na Real Biblioteca de Madrid, e que, segundo parece, constituía uma história da Casa que ia ser continuada com a vida de D. Manuel¹⁰. Do manuscrito original faltam os dois primeiros capítulos, nos quais se referiam provavel-

⁷ L. CABRERA DE CÓRDOBA, *Historia de Felipe II, Rey de España*, edição de J. Martínez Millán y C. J. de Carlos Morales, Salamanca, Junta de Castilla y León, 1998, vol. II, pp. 889-891.

⁸ *Flores de España y Excelencias de Portugal, en que breuemente se trata lo mejor de las historias y de todas las del mundo desde su principio hasta nuestros tiempos, y se describen muchas cosas nuevas de provecho y curiosidad*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1631. Veja-se o capítulo XXIII, fols. 247r-v.

⁹ E. GLASER (ed.), *The 'Fortuna' of Manuel de Faria e Sousa. An autobiography*, Münster Westfalen, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1975, p. 229.

¹⁰ [*Vida de*] *Don Christóvão de Moura, primeiro marquês de Castel Rodrigo*, Real Biblioteca, Madrid [RB], Ms. II/1688.

mente as origens dos Moura, que talvez se tenham perdido ou ficaram com a elaboração pendente. Além disso, a obra permaneceu inconcluída dado que não se incorporou qualquer referência posterior relativa à biografia de D. Manuel. Se se tratar da mesma citada por Faria, o propósito desta história era entregá-la à imprensa.

Um dado a ter muito em conta é que esta obra singular, de grande valor historiográfico, está elaborada com documentação original procedente do arquivo privado da família Moura. Boa parte das informações contidas foram divulgadas em numerosas relações manuscritas de sucessos, sem dúvida com o propósito de difundir uma imagem extremamente positiva da acção política de D. Cristóvão¹¹. A biografia, trata-se pois de uma reivindicação da figura do ministro português, patrocinada, como não poderia ser de outro modo, pela própria Casa. Nela não surgem muito bem apresentados os historiadores Pedro Mantuano, Lorenzo van der Hamen e Pierre Matthieu, que são referidos como exemplo de tergiversação dos factos históricos. Pelo contrário, são ponderadas as informações trazidas pelos jerónimos frei José de Sigüenza e frei Antonio de Cervera de la Torre. Fosse qual fosse o autor e o propósito da obra, do que não resta dúvida é de que se trata de uma precoce reabilitação da memória histórica de D. Cristóvão.

Sem pretender ser minucioso nesta questão, que será analisada com a atenção e a extensão que merece noutro lugar, parece necessário parar também para referir, pelo menos, três dos marcos mais destacados da historiografia portuguesa posterior à Restauração e a D. Cristóvão de Moura.

No século XVII, cinco anos depois do Primeiro de Dezembro, Francisco Manuel de Melo no seu *Ecco polytico, respuesta de Portugal a la voz de Castilla*, os Castelo Rodrigo e em especial D. Cristóvão aparecem retratados como não naturais “porque los antiguos benéficos que su Casa recibió de aquella Corona [la de España], nos le han hecho como extraño”. Melo pontificava, na sua argumentação, que “ni el nacimiento de Don Cristóbal, ni la baronía de Alenquer [dos condes de Salinas] podían más en su ánimo que los respetos de Castilla, donde eran más naturales que los otros”¹². Chegados a este ponto, e tendo muito presente o que foi apontado por Francisco Manuel de Melo quando afirmava que os Moura não eram tidos por naturais em Portugal dada a sua fidelidade aos monarcas de Castela, consideração, por outro lado, igualmente estendida à sua terra de acolhimento, tornar-se-á necessário discorrer sobre uma argumentação tão redutora como a que faz o autor em relação a dois conceitos que em teoria e na prática política da

¹¹ Uma mostra muito eloquente disso encontra-se, por exemplo, nas relações dos sucessos dos anos 1598-1600 e 1601-1610 que recolhem vários manuscritos espanhóis da Biblioteca Nacional de Madrid, [BNE], Mss. 2346 y 2347.

¹² *Ecco polytico, responde en Portugal a la voz de Castilla y satisface a un papel anónimo ofrecido al Rey D. Felipe el Quarto sobre los intereses de la Corona Lusitana, y del Occéano Índico, Brasilio, Ethyópico, Árábico, Pérsico y Africano Imperio*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645, h. 9 y 12.

época não eram, normalmente, coincidentes, como eram a “pátria”/“nação” e a “lealdade” a um soberano¹³.

No século XVIII, D. Cristóvão ainda não se tinha convertido no zeloso objecto dos ataques da historiografia ilustrada portuguesa, dado que então, sobretudo depois da Guerra de Sucessão de Espanha na qual ambas as Coroas, a espanhola e a portuguesa, voltaram a enfrentar-se, quando apenas tinham passado vinte e cinco anos depois da assinatura da Paz de Lisboa de 1668 – não tinha sido necessário recorrer a uma reafirmação da soberania nacional face ao secular vizinho hostil. As escassas referências ao mítico D. Cristóvão ao longo do Século da Luzes careciam ainda da rotunda aversão posterior que caracterizou qualquer referência à sua pessoa e actividade política. Assim, por exemplo, António Caetano de Sousa, na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, referia que “no mayor ardor dos negócios, quando se tratava da sucessão, alguns fidalgos” se escandalizaram “dos negócios de D. Cristóvão de Moura”¹⁴. Por seu lado, D. Luís de Meneses, conde da Ericeira, na sua *História de Portugal Restaurado*, descrevia a missão de Moura sem excessivos floreios. Muito pelo contrário, pois a menção a D. Cristóvão como o “subjecto mais capaz para lograr o seu intento” de obter a sucessão do reino, “portuguez emparentado com muitas famílias deste Reyno” que “havia passado a Castella por minino da Princesa D^a. Joana”, não parece ser mais do que um velado elogio. Ericeira não teve qualquer restrição em encomiar as habilidades e virtudes do seu compatriota ao escrever que era um homem “composto de bom natural”, de grande “capacidade”, e que chegou a ocupar “os mayores lugares”¹⁵.

No século XIX, o grande historiador romântico Alexandre Herculano, projectou a ambiciosa *Historia de Portugal*, publicada entre 1846 e 1853. Apesar do que fora imaginado inicialmente pelo autor ser alcançar o período da Restauração, a obra ficou inacabada, detendo-se no reinado de D. Afonso III. No entanto, esta circunstância não impediu que Herculano nos deixasse nos seus *Opúsculos*, saborosas reflexões e comentários sobre o Portugal dos Áustrias, uma “não tão mal estudada historia portugueza” mas sim, em seu entender, “uma das mais imperfeitamente conhecidas”.

Como não podia ser de outro modo, nos seus textos sobre as origens deste período histórico, ao que denomina como “a epocha em que se preparou o dominio castelhano”, D. Cristóvão é retratado como “un franco renegado da patria”. O tratamento dispensado ao seu desprezível compa-

¹³ Veja-se P. A. CARDIM, “Los portugueses frente a la Monarquía Hispánica”, em A. Álvarez-Ossorio Alvariño e B. J. García García (eds.), *La Monarquía de las Naciones. Patria, nación y naturaleza de España*, Madrid, Fernando Villaverde Ediciones S. L. & Fundación Carlos de Amberes, 2004, pp. 375-378.

¹⁴ *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, desde sua origem até o presente como as Famílias Illustres, que procedem dos Reys, e dos Sereníssimos Duques de Bragança*, Lisboa, Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1739, tomo VI, Libro VI, p. 121.

¹⁵ Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1751, tomo I, pp. 14-16.

triotista não deixa de aludir a certos sentimentalismos arraigados na memória colectiva de um país, no qual ainda se recordavam aqueles anos como um período traumático. Herculano recordava como Moura tinha recorrido “a um vasto systema de corrupção, aproveitando a influencia que lhe davam as suas relações de parentesco e amizade com a fidalguia, e as promesas de ouro de Philippe II”. A sua “ancia pelo dominio estrangeiro”, insistia o historiador, “excedeu a de todos os homens corrompidos d’aquelle triste epocha”¹⁶.

No entanto, parece ter sido o historiador Luiz Rebello da Silva, autor da *História de Portugal dos séculos XVII e XVIII* (1850-1881), o criador da imagem contemporânea de D. Cristóvão como “antiheroi por excelência”¹⁷. A obra, impulsionada pelo rei D. Pedro V e que estendia o seu relato desde a Restauração até ao final do reinado de D. Maria I, situava-se na campanha anti-iberista que surgiu em ambos os lados da raia por ocasião da proposta de enlace matrimonial entre a princesa das Astúrias, Isabel de Borbón, e o monarca português. Tudo isto favorecia a estigmatização da memória daquele que foi, sem o saber e sem o pretender, um dos mais destacados expoentes do odioso iberismo¹⁸.

A historiografia nacionalista do século XX herdeira das teses de Rebello da Silva responsabilizou D. Cristóvão pela perda da independência nacional, por ter entregue ao rei de Castela a Coroa de Portugal e o seu Império. Não surpreende, por conseguinte, que a sua figura apareça na abundante literatura histórica que foi ressuscitada, séculos depois da Restauração, pelo regime salazarista, e vinculada ao discurso teórico de reafirmação nacional, em termos humilhantes e difamatórios. Se Manuel de Faria e Sousa retratou D. Cristóvão como o Antípatro de um D. Filipe I transfigurado no rei Filipe da Macedónia – como o chegou a mencionar na sua *Epítome de Historias Portuguesas*¹⁹ –, o historiador José Maria de Queiroz Veloso, quatrocentos anos mais tarde, pelo contrário, afirmava que o privado português não era senão uma “sinistra figura de coveiro da independência efectiva da sua pátria” e “o máis hábil dos agentes de sedução anti-nacional”²⁰.

Entre os mais ilustres historiadores lusitanos de meados do século XX, a acção política de Moura representava a pior das traições. Assim, Francisco Caeiro, autor da importante biografia do arquiduque Alberto, primeiro vice-

¹⁶ “Pouca luz em muitas trevas, 1579-1580”, em A. HERCULANO, *Opusculos*, Tomo VI, *Controversias e estudos históricos*, tomo III, Lisboa, Viuva Bertrand & Successores Carvalho & C.^ª, 1884, pp. 138-193.

¹⁷ GOMES, *o. cit.*, p. 370.

¹⁸ Veja-se F. BOUZA, “Gramática de la crisis. Una nota sobre la historiografía del 1640 hispánico entre 1940 y 1990”, *Cuadernos de Historia Moderna*, 11 (1991), p. 227; também J. Borges de MACEDO, “A ‘História de Portugal nos séculos XVII e XVIII’ e o seu autor”, em L. A. Rebello da Silva, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1971, vol. 1, pp. 1-130.

¹⁹ Madrid, Francisco Martínez, 1628.

²⁰ *O Interregno dos Governadores e o breve reinado de D. António*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1953, p. XXI.

-rei do Portugal filipino, referia-se ao ministro português como o “sinistro Cristóvão”, o mais importante dos portugueses “vendidos a Castela”²¹. Por seu turno, Francisco de Sales Loureiro, na sua biografia do rei D. Sebastião, aludia ao “renegado português Cristóvão de Moura, embaixador do rei espanhol em Lisboa”²².

A aversão que supura a historiografia portuguesa dos anos cinquenta e sessenta, como em menor medida a das décadas posteriores, apenas alcançou um clímax semelhante com outra personagem de infausta memória, o secretário Miguel de Vasconcelos, brutalmente assassinado em Lisboa, no Primeiro de Dezembro de 1640. Como recorda o professor Varela Gomes, quando evocava os seus estudos da primária, ambos os ministros portugueses compartilhavam a triste distinção de serem os mais notáveis traidores da história pátria²³.

O caso do secretário Francisco de Lucena, fiel a D. João IV e caído em desgraça ao ser acusado de ter favorecido os ministros de D. Filipe III, foi uma das poucas personalidades políticas relevantes vinculadas ao Portugal filipino que suscitou uma tentativa de reabilitação em meados da década de 1940. O historiador José Emídio Amaro comparou Lucena com Moura, desligando D. Francisco da traição ao assinalar que embora “foi costume, durante muito tempo, chamar traidores e degenerados aos portugueses que acolheram com simpatia a causa de D. Filipe II nas questões de sucessão o mesmo sucedendo com aquêles que, posteriormente, exerceram cargos públicos no domínio Filipino ou aceitaram benesses do poder regio”. Na primeira categoria incluía D. Cristóvão mencionando a sua “manha” para ganhar “dolosamente a consciência de grande número de fidalgos e plebeus”²⁴.

No entanto, não menos ignorado foi D. Cristóvão pela historiografia hispânica, e isso apesar de ter sido responsável pela união das Coroas, um período de transcendental significado histórico. Se exceptuarmos a modélica *Colección de Documentos Inéditos*, na qual se recolhem inúmeras cartas de Moura, apenas algumas obras – como as de Cánovas del Castillo²⁵, Serafín Estébanez Calderón²⁶, Julián María Rubio²⁷ e o já mencionado Alfonso Danvila²⁸ – se detêm, apesar de brevemente, na análise do papel desempe-

²¹ *O Arquiduque Alberto de Áustria. Vice-rei e Inquisidor-Mor de Portugal, Cardeal legado do Papa, Governador e depois soberano dos Países Baixos*, Lisboa, edição do autor, 1961, p. 201.

²² “D. Sebastião e Alcácer Quibir”, na *História de Portugal* de José Saraiva, 1987, vol. II, p. 557.

²³ GOMES, *o. cit.*, p. 370.

²⁴ *Francisco de Lucena, sua vida, martírio e reabilitação. Subsídios para a História do reinado de D. João IV*, Lisboa, Edição do Instituto para Alta Cultura, 1945, p. 93.

²⁵ O que fôra presidente do Conselho de Ministros de Espanha em várias ocasiões, dedicou uma atenção especial à separação de Portugal no seu *Estudio del reinado de Felipe IV*, Madrid, Colección de Escritores Castellanos, 1888-1889, 2 vols.

²⁶ *De la conquista y pérdida de Portugal*, Madrid, 1885, 2 vols.

²⁷ *Felipe II y Portugal*, Madrid, 1927 y *Felipe II de España, Rey de Portugal*, Madrid, 1939.

²⁸ Veja-se *supra* notas 1 e 2.

nhado pelo português na negociação diplomática prévia à proclamação de D. Filipe I como rei de Portugal e no seu protagonismo no governo da Monarquia²⁹. Estas obras, surgidas no âmbito da também minoritária corrente iberista espanhola, favoreceram uma reinterpretação da “incorporação” de Portugal como o fruto de um pacto, de uma astuta negociação na qual Moura recuperava o protagonismo injustamente perdido. No entanto, D. Cristóvão, como temos tido ocasião de comprovar, não foi objecto de nenhuma monografia desde a aparição da biografia que Danvila lhe dedicou em 1900, e só mereceu a atenção dos especialistas nas duas últimas décadas do século XX – sobretudo de Fernando Bouza³⁰, mais também de Santiago de Luxán e de António Feros³¹, este último nos seus estudos sobre o fenómeno do valimento –, que puseram a manifesto a considerável dimensão política do ministro português no governo do primeiro Portugal Habsburgo.

Diplomacia, política e privança: o perfeito *cursus honorum*

Detenhamo-nos neste momento em recordar, ainda que brevemente, quem foi D. Cristóvão de Moura, as origens da sua linhagem e os vínculos familiares em Portugal.

A ligação dos Moura – descendentes de um ramo segundo da mesma linhagem – a Portugal, prévia à sua entrada ao serviço dos Habsburgo hispanos, era forte, apesar de ter abraçado a causa de João I de Castela e de Leão no final do século XIV. Como tantas outras linhagens que defrontaram o mestre de Avis, os Moura perderam o seu estatuto senhorial e as suas terras, mas alcançaram, mais tarde, a sua reabilitação. A infância de D. Cristóvão, nascido em Lisboa em 1538 e filho de dom Luís de Moura, estribeiro-mor do infante dom Duarte – filho do Rei D. Manuel I –, e de D. Brites de Távora, decorreu entre a cidade de Lisboa e a Caparica, morgado do seu tio, o celebrado diplomata Lourenço Pires de Távora. Não lhe faltou, pois, o apoio da sua família materna, os poderosos Távoras, para se situar ao serviço da princesa D. Joana (filha do imperador Carlos V e da Isabel de Portugal), esposa

²⁹ Veja-se F. Ribeiro da SILVA (coord.), *Filipe II de Espanha, rei de Portugal (Colectânea de documentos filipinos guardados em Arquivos Portugueses)*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 2000, 2 vols.

³⁰ Remetemos para a sua tese de doutoramento inédita *Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640). Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*, Madrid, Universidade Complutense de Madrid, 1986. Abundam as referências a Moura também no seu *Portugal no tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000; e em outros magníficos trabalhos como: *Imagen y propaganda. Capítulos de Historia cultural del reinado de Felipe II*, Madrid, Akal, 1998; *D. Filipe I*, Círculo de Leitores & Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2008; e mais recentemente *Felipe II y el Portugal 'dos povos'. Imágenes de esperanza y revuelta*, pról. de N. G. Monteiro, Universidad de Valladolid, 2010.

³¹ Veja-se *infra* nota 59.

do príncipe D. João. Com o passar do tempo converteu-se no homem de máxima confiança da princesa, quando esta regressou, já viúva, a Castela, e beneficiou inclusive do favor do seu filho, o rei D. Sebastião, a quem visitou, em numerosas ocasiões, em nome da sua mãe. O seu primo D. Cristóvão de Távora, que se tornou privado do jovem rei – “o priuado e mimosso delRey”³² – gozava para além disso da confiança da regente, a rainha Catarina. Apesar da omnipresença dos todo poderosos irmãos Gonçalves da Câmara, tudo parecia propício para o acrescentamento dos Moura³³.

Em Castela, D. Cristóvão entrou ao serviço do príncipe D. Carlos como gentil-homem da boca, graças ao patrocínio de D. Joana. O trato diário com o único filho varão de D. Filipe I converteu Moura num dos seus criados mais próximos, até à desafortunada morte do herdeiro em 1568. A protecção da princesa de Portugal favoreceu sobretudo as suas ambições cortesãs, mas também o seu interesse crescente por se fixar na sua terra de acolhimento e contar com recursos próprios. Foi D. Joana quem logrou que lhe fosse concedido o hábito de Calatrava – que logo mudou na Ordem de Alcântara – e posteriormente a comenda de Fuente del Moral. Varias experiências militares (Mazalquivir, 1563; Peñón de Velez de la Gomera, 1564; e a frustrada incursão em Malta em 1565) contribuíram para forjar o seu arrojo.

O estreito contacto de D. Joana com o círculo cortesão português, liderado por Rui Gomes da Silva, permitiu a Moura contar com um poderoso apoio para as suas aspirações³⁴. Esse vínculo originou que muitos o incluíssem no chamado “partido ebolista”, ainda que esta identificação não pareça tão categórica, dadas as boas relações de D. Cristóvão com membros do clã Toledo. De facto, a imersão do jovem Moura na vida da corte madrilena teve lugar, entre outras circunstâncias, graças à sua pertença à academia cortesã que o Duque de Alba patrocinava, um selecto *parnaso* nobiliárquico do qual formavam parte D. Juan de Zúñiga, o marquês de Velada, D. Juan de Silva, D. Juan de Idiáquez, o duque de Feria e muitos outros cavaleiros que posteriormente ocupariam lugares destacados no governo da Monarquia³⁵. No

³² P. Roiz SOARES, *Memorial que contem todos os cazos dinos de memoria acontecidos nesta insigne cidade de Lisboa, cabessa primas das espanhas com outros acontecimentos noutros Reinos*. Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida. Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1953, p. 95.

³³ Veja-se M. Soares da CUNHA e Nuno G. MONTEIRO, “Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII”, em M. S. da Cunha e J. Hernández Franco (orgs.), *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para una História Comparativa. Sociedad, Familia y Poder en la Península Ibérica. Elementos para una Historia Comparada*, Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS-Universidade de Évora & Universidad de Murcia, 2010, pp. 68-69.

³⁴ DANVILA, *Don Cristóbal*, p. 125. O mais recente estudo biográfico do príncipe de Éboli deixa, curiosamente, à margem da sua atenção as relações entre o privado e o contexto português do rei, veja-se J. M. BOYDEN, *The Courtier and the king. Ruy Gomez de Silva, Philip II, and the Court of Spain*, University of California Press, Berkeley-Los Angeles-London, 1995.

³⁵ Veja-se S. MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, *El Marqués de Velada y la corte en los reinados de Felipe II y Felipe III. Nobleza cortesana y cultura política en la España del Siglo de Oro*, Salamanca, Junta de Castilla y León, 2004, pp. 81-112.

entanto, nas décadas de 1560 e 1570, D. Cristóvão acabou por se tornar no maior confidente da princesa D. Juana, que o nomeou seu estribeiro-mor em 1571³⁶. A sua valia ficou acreditada, depois do desaparecimento da princesa em 1573, quando D. Filipe I incorporou no seu serviço o mais próximo criado da sua irmã, tal como esta lhe rogara antes de morrer que “se sirviese cerca de su persona de don Cristobal de Mora en negócios de confiança”³⁷. Este patrocínio foi, sem dúvida, essencial para o *cursus honorum* de Moura, que desde então passou a representar um papel principal em todas as questões relacionadas com Portugal.

O papel que D. Cristóvão desempenhou como principal intermediário entre D. Filipe I e o reino de Portugal, depois do desaparecimento do rei D. Sebastião em 1578 e durante as negociações sucessórias, não foi casual. Conhecia extremamente bem os mecanismos da corte lusitana e a sua experiência diplomática era um aval para a incumbência que lhe foi confiada. Teve, além disso, um papel de protagonista durante o encontro entre o rei D. Filipe I e o seu sobrinho, em Guadalupe, durante o Natal de 1577³⁸. Aqui interveio na qualidade de intérprete e de introdutor. Foi precisamente neste encontro que o monarca português manifestou o seu desejo de lhe confiar os seus assuntos em Castela. E escassos oito dias antes da batalha de Alcácer Quibir o rei comunicou-lhe, desde o acampamento de Arzila, a sua intenção de o nomear para o seu Conselho³⁹.

D. Filipe I teve em Moura um candidato perfeito para exercer, como embaixador extraordinário, as funções para que o tinha instruído, depois da coroação do cardeal D. Henrique. Apesar de ter sido forçado a partilhar, nem sempre de bom grado, as negociações com o duque de Osuna, não há dúvida de que o rei considerou que dom Cristóvão era mais capacitado e contava com uma mais densa e relevante rede de informadores. Não menos importantes eram as suas relações com amplos sectores das elites do reino. Em boa medida a sua posição tinha ficado definida anos antes pela sua destreza para se distinguir como um personagem de grande habilidade política. A escolha de Moura como embaixador, assim como a sua entrada como gentil-homem da câmara do rei, não foi bem recebida em Castela, devido à sua condição de estrangeiro. O certo é que, como bem evidencia Cabrera de Córdoba, a intenção de D. Filipe I era que os seus futuros súbditos vissem de que modo o rei recompensava a lealdade e, assim, ganhar mais partidários agradecidos⁴⁰.

³⁶ J. MARTÍNEZ MILLÁN, “Familia real y grupos de políticos: la princesa doña Juana de Austria (1535-1573)”, em J. Martínez Millán (dir.), *La corte de Felipe II*, Madrid, Alianza Editorial, 1994, p. 105

³⁷ CABRERA DE CÓRDOBA, *o. cit.*, Parte II, Libro X, Cap. XIV, p. 665.

³⁸ Vejam-se duas relações do encontro em IVDJ [Instituto Valencia de Don Juan], Envío 38, Caja 50, doc. 120; e a da RAH, publicada por A. RODRÍGUEZ MOÑINO, *Viaje a España del rey don Sebastián de Portugal 1576-1577*, Valencia, 1956.

³⁹ Veja-se *Vida [de] Don Christóvão de Moura*, RB, II/1688, fol. 15r.

⁴⁰ “Volvió don Cristóbal de Moura a Portugal con la llave dorada de gentilhombre de la cámara del Rey, título de su Consejo y embaxador ordinario, y orden de preceder en las

Embora a invasão militar liderada pelo duque de Alba tenha tido uma importância indiscutível, da mesma forma que o estado de guerra civil que gerou em Portugal a crise dinástica⁴¹, a negociação da questão sucessória, cujo peso recaiu, em boa medida, nos ombros de Moura, resultou, posteriormente, num êxito, se analisarmos o resultado final, ainda que não o fosse na medida em que não foi capaz de alcançar uma aceitação unânime da candidatura do monarca espanhol. O processo negociador esteve submetido a muitas dificuldades e ameaças. D. Cristóvão, o máximo defensor dos interesses de D. Filipe I em Portugal e o rosto mais visível do lusitanismo filipino, teve nas suas mãos todo o protagonismo da grande empresa diplomática⁴². Certo é que a intervenção militar nunca foi descartada – inclusivamente foi recomendada ao rei pelo próprio Moura⁴³ – pois, de facto, antes da morte do cardeal-rei D. Henrique, já se tinha dado início a uma mobilização geral de tropas castelhanas ao longo da raia. No entanto, a proclamação de D. António em Santarém obrigou a tomar uma das decisões que D. Filipe I, seguramente, tinha querido evitar. *A posteriori*, a participação do duque de Alba mostrou ser necessária para consolidar os acordos alcançados e reduzir

juntas a Molina y Rodrigo Vázquez. Muchos hijos de Grandes y de señores grandes en Castilla mostraron resentimiento por haber dado el Rey la llave de su cámara a un extranjero, decían, caballero particular, y no a ellos que la pidieron con instancia y larga negociación, y fuera justo se la concediera por la nobleza y méritos de su sangre, heredada y derramada en su servicio, premiando su virtud y ecelencia, y confirmando la benevolencia y reconocimiento más obligados por esto en sus familias. Mas no fue contra razón el honralle su Majestad Católica, principalmente por las consideraciones de Estado, para inducir a algunos de la nobleza de Portugal a creer los había de honrar y hacer, como príncipe tan poderoso y aficionado a su nación, mercedes de mucho honor y como a sus personas a sus familias”, CABRERA DE CÓRDOBA, *o. cit.*, II Parte, Libro XII, Capítulo XVII, p. 889.

⁴¹ Este é um dos argumentos, ainda que não o único da recente obra de R. VALLADARES, *La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583*, Madrid, Marcial Pons, 2008.

⁴² Veja-se F. Ribeiro da SILVA, “A diplomacia secreta de Filipe II em Portugal e os mesteirais de Lisboa (1579-1580)”, em *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, 1992, pp. 254-264. “Vos me yréis avisando siempre de vuestro parecer en estas cosas pues será tan acertado en todas”, carta de D. Filipe I para Moura, El Pardo, 21 de Fevereiro de 1579, em *Papeles manuscritos sobre la negociación de Portugal, 1579-1580*, Biblioteca de la Fundación Príncipe de Asturias (Oviedo), Olim: fol. 100 (em *Colección de Documentos para la Historia de España* [CODDIN], VI, Madrid, 1845)

⁴³ Este ponto parece inquestionável quando se analisa o conteúdo da carta que D. Cristóvão escreveu, em finais de Novembro de 1579 e desde Lisboa, ao rei, que se tinha negado, num primeiro momento, a considerar sequer a possibilidade de uma invasão. Moura acabou por convencê-lo da necessidade de aplicar a força, conjuntamente com a negociação: “Lo que V. M. desea que no se venga a las armas es lo que se puede esperar de quien es y de su cristiandad; mas es tan envejecido odio el de este reino con Castilla que, por muchos que se ablanden, siempre ha de haber quien se detenga... Lo que V. M. debe tener a punto para lo que sucediere es la gente que tengo dicho y sesenta galeras, y el día que este rey [Henrique I] cerrare los ojos, por mar y por tierra se ha de caminar por esta ciudad. Crea V. M. que estas prevenções han de ser las mejores unturas que podemos aplicar a esta dureza”, CODDIN, Madrid, 1843, vol. VI, pp. 30-32.

os focos de insurreição dos antonianos. Ambas as empresas, a diplomática e a militar foram complementares, se bem que não se pode menosprezar o autêntico valor dos acordos e pactos que os enviados do Rei Católico, e muito especialmente de Moura, conseguiram para obter o reconhecimento maioritário da legitimidade do monarca ao trono português. Lamentavelmente, a agregação sempre foi vista, pelo grupo perdedor, como um acto de guerra, como uma conquista ilegal. Este último facto foi traumático para a sociedade portuguesa, de maneira que só a manutenção escrupulosa do pactuado e confirmado pelo rei D. Filipe I em Tomar, em 1581, possibilitou manter o frágil equilíbrio que começou a quebrar-se com a morte do monarca em 1598 e com as políticas desconsideradas dirigidas desde Madrid pelos sucessivos governos do duque de Lerma e do conde-duque de Olivares. Durante os dois valimentos, os Moura tentaram exercer um papel moderador entre o reino e a corte, defendendo, em todos os momentos, a vigência do estatuto de Tomar e a inviolabilidade dos privilégios e direitos de Portugal como reino agregado. Ao longo de quase quatro décadas, os Castelo Rodrigo souberam dirigir a política régia de mercês para garantir a manutenção e a perpetuação da sua posição de privilégio. Estes logros foram, em boa medida, obra de D. Cristóvão de Moura, o verdadeiro artífice da grandeza dos Castelo Rodrigo, e a cabeça mais visível da fidalguia filipina do novo Portugal dos Habsburgo.

A sua capacidade para dirigir a política de mercês levada a cabo por D. Filipe I antes e depois da sua entronização converteu-o no principal ministro do rei para os assuntos portugueses, circunstância que lhe abriu as portas da priverança absoluta⁴⁴. Além disso, dotou-o de recursos extremamente valiosos para ampliar e reforçar as suas redes clientelares e para situar a sua Casa num lugar preeminente face à emergência de uma nova nobreza, que poderíamos denominar “filipina”, e ao posicionamento da nobreza pró-filipina perante a génese do Portugal Habsburgo. D. Cristóvão foi, como em boa medida toda a Casa de Castelo Rodrigo, “instrumento de tanta utilidad” para a conservação de Portugal⁴⁵. D. Cristóvão foi também o máximo defensor dos acordos de Tomar, como o seria o seu filho D. Manuel em tempos do conde duque de Olivares. O poder acumulado pelo ministro lusitano do Rei Católico era evidente e tão rotundo que Pero Roiz Soares, no seu célebre memorial, traçou um retrato muito certo de Moura, ao dizer que “ficou o dito Rey muito obrigado ao dito dom Cristóvão tratandoo muito familiarmente e tanto que elle era o tudo asim neste Reino como en Castela”⁴⁶.

⁴⁴ Sobre a “dircção mais centralizada” do governo de Portugal que personificava Moura, veja-se P. CARDIM, “Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I”, em L. A. de Oliveira Ramos, J. Martins Ribeiro e A. Polónia (coords.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 281.

⁴⁵ Cópia da carta do marquês D. Francisco de Moura para D. Filipe III, Regensburg, 1 de Janeiro de 1654, BNE, Ms. 1440, fols. 265r-267v.

⁴⁶ SOARES, *o. cit.*, p. 375.

O rei, apesar de não totalmente satisfeito com a forma em que ocorrera a sua proclamação – em especial pelo fracasso que a fuga de D. António representara – fez Moura responsável do êxito da empresa. Num gesto que transmitiu a historiografia filipina, e que não parece ter tido lugar, D. Filipe entregou-lhe as chaves de Lisboa, depois de lhas ter enviado o duque de Alba, após a tomada da cidade. O forte simbolismo que demonstra aquele gesto de gratidão régia não fez mais do que confirmar o crescente ascendente que D. Cristóvão exercia sobre o monarca. As nomeações e concessões sucederam-se durante o triénio em que D. Filipe I converteu Lisboa na sua corte. Em 1582 nomeou-o procurador de Lisboa nas Cortes do Reino, vedor da Fazenda e membro do recente Conselho de Portugal. Além disso, concedeu-lhe o hábito de Alcântara e a comenda de Zalamea (1583).

O seu casamento, em 1581, com D. Margarida Corte Real, senhora da Casa e Morgado dos Corte Reais, e das Capitánias de Angra, São Jorge e Terra Nova, abriu-lhe as portas das grandes linhagens do reino. Este casamento, sem dúvida patrocinado pelo monarca, não parece ter sido casual, bem pelo contrário. O rei D. Henrique tinha concedido a D. Vasco Anes, depois da morte do seu primogénito, Manuel, na batalha de Alcácer Quibir, em 14 de agosto de 1578, a possibilidade de entregar as capitánias a quem se casasse com a sua filha. Em 1581, D. Filipe I confirmou as capitánias a Moura e fez-lhe mercê de Praia, vacante desde a morte de Antão Martim Homem, por juro e herdade, por alvará de 13 de Dezembro de 1581. Também lhe confirmou na sua pessoa a capitania de São Jorge e de Angra com a alcaidaria-mor da fortaleza, a 27 de Junho de 1582⁴⁷.

A eleição da rica herdeira de D. Vasco Anes Corte Real, converteu-o, portanto, em capitão donatário de São Jorge, Praia e Angra, e, um ano mais tarde, a título pessoal, da Ilha Terceira. Este fabuloso património insular foi acrescentado em 1614, um ano depois de D. Cristóvão morrer, com a incorporação da capitania do Faial e Pico nos bens do seu filho D. Manuel. D. Filipe I confirmou a mercê numa data em que o arquipélago ainda era o último reduto dos Antonianos. Tal gesto tinha um forte conteúdo simbólico, pois vinha confirmar que o monarca depositava nos Moura-Corte Real a protecção da última fronteira da sua legitimidade, precisamente no lugar onde ainda se discutia a sua herança. Da importância dos Açores na vigilância do Atlântico e como garantia do comércio ultramarino atestam os fundamentais trabalhos do professor Avelino de Freitas de Meneses⁴⁸.

Precisamente num espaço pertencente ao morgado da sua mulher, em Lisboa, defronte do Tejo, na zona do Corpo Santo, D. Cristóvão mandou erigir uma imponente residência, a qual se converteria na maior residência

⁴⁷ *Os Corte-Reaes. Memoria Historica acompanhada de muitos documentos ineditos*, Ponta Delgada, 1883, pp. 31-32.

⁴⁸ *Os Açores e o domínio filipino: 1580-1590*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987;

nobiliárquica que a cidade até aí conheceu. Um dos seus biógrafos, um anónimo português, confirmava este ponto e acrescentava que

o próprio Dom Christóvão... tratou de fazer de novo as Casas do Corpo santo em Lisboa, vindo por promoção divina fazer seu assento no quartel que seus antepassados tiverão quando a ajudarão a ganhar com el Rey Dom Affonso. Foy a traça aprovada por Dom Felipe, como consta de alguns escritos de sua letra⁴⁹.

Encontrava-se nas proximidades do Terreiro do Paço, onde o próprio monarca tinha começado a levantar o Torreão do Paço da Ribeira. O palácio converteu-se numa referência da arquitectura palaciana em Lisboa durante mais de um século, alcançando inclusive maior influência depois da Restauração, segundo a opinião de George Kubler⁵⁰.

Parece que a traça se devia a Baltazar Álvares, o arquitecto da fachada do mosteiro de São Vicente da Fora⁵¹. As descrições do palácio, durante a sua primeira fase de construção, são escassas. Em 1593 o conde de Portalegre, um dos cinco governadores do reino, informava Moura da sua intenção de visitar “la obra de V. S. por el humor de arquitecto que tengo”. Então já a tinha “visto de fuera, pasando a Belén, y me pareció cosa magnífica y que terná otro tanto y más de útil”⁵². O edifício cujo traçado foi apresentado a D. Filipe I, ainda não tinha sido concluído quando ocorreu a morte de D. Cristóvão⁵³. Foi o seu filho, D. Manuel de Moura que acabou a obra. Uma das primeiras imagens que se conservam do palácio aparece na descrição da

⁴⁹ RB, Ms. II/1688, fol. 96v.

⁵⁰ *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, Lisboa, Vega, 2005, pp. 190-193. Veja-se também C. Margaça VEIGA, *A Herança Filipina em Portugal*, Porto, 2005, pp. 134-137

⁵¹ Agradeço ao doutor Ricardo Lucas de Sousa Branco a informação sobre a atribuição a este destacado projectista. Aguardamos a publicação das suas investigações sobre este arquitecto, especialmente as relativas ao palácio dos Castelo Rodrigo em Lisboa. Do autor, veja-se *Italianismo e Contra-Reforma: a obra do arquitecto Baltazar Álvares em Lisboa*, tese de Mestrado, História de Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

⁵² Carta de Juan de Silva a Moura, [Lisboa], Maio de 1593, CODON, Madrid, Imprenta Viuda de Calero, 1863, vol. XLIII, p. 489.

⁵³ Num relato da vida de D. Cristóvão refere-se o modo em que o privado informou o rei sobre a construção e a maneira de lhe solicitar alguma mercê económica para suportar a custosa obra: “Tratou de lavar hua casa em Lisboa junto ao barrio que chamão a Corte Real, que era o morgado da sua mulher D. Margarida, na praia do rio, pera o edeficio suntuozoo, e queria pedir a el Rey D. Felipe II alguma ajuda para elle”. Mas não o conseguiu. Levava a planta do palácio ao peito e aguardava a melhor ocasião para a mostrar ao monarca, muito aficionado da arquitectura. A oportunidade surgiu quando, passeando a sós com o rei, este lhe disse: “buena casa Don Cristóbal me an dicho que avéis mandado labrar en Portugal”. Moura sacou então do plano e mostrou-o a D. Filipe, dizendo-lhe: “los baxos, señor, ya están hechos, los altos me hará V. M. siendo servido porque no puedo yo llegar a ellos”. O rei atirou-lhe: “alquilad los baxos y con los alquileres haréis los altos”. Depois disto, refere o cronista, Moura não voltou a tratar do seu palácio com o monarca. Veja-se, “D. Cristóvão de Moura: de sua pessoa e de casos notáveis de sua vida” em *Anedotas Portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista*.

cidade, gravada por Jan Schorkens sobre um desenho de Domingos Vieira, no magnífico *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N. S. ao Reyno de Portugal*⁵⁴.

Um edifício de tão grandes proporções não podia passar despercebido, sobretudo tendo em conta a sua privilegiada situação geográfica. Em numerosas vistas topográficas e em representações cartográficas, pictóricas e gravuras de Lisboa aparece o seu inconfundível perfil sobre o Tejo, junto ao do Paço da Ribeira, os dois separados apenas pelos estaleiros e armazéns reais, definindo um dos principais espaços de poder político do reino. O carácter simbólico do palácio dos Corte Real, como ficou conhecido, evidencia o propósito dos Moura de manter uma presença sólida e estável em Portugal, dando prioridade aos seus interesses lusitanos sobre os castelhanos. Algo de semelhante ocorreu com a quinta de Queluz, residência suburbana propriedade de D. Margarida Corte Real, que D. Cristóvão converteu numa espécie de “pequena Corte” durante os anos em que esteve afastado do governo vice-reinal, e que o seu filho, D. Manuel, transformou completamente numa grande quinta de recreio⁵⁵.

A arquitectura foi, como vemos, uma ferramenta muito valiosa nas mãos dos Moura, que traçaram o seu ambicioso programa político de fortalecimento da sua presença em Portugal valendo-se deste magnífico recurso artístico. D. Cristóvão começou as obras de re-acondicionamento da fortaleza de Castelo Rodrigo para a converter num palácio, e afastá-la, assim, das suas conotações bélicas. O castelo tinha, para além de um elevado valor estratégico, um grande significado simbólico para D. Cristóvão pois, além de ser um elemento fundamental da sua nova condição senhorial, o seu pai, D. Luís de Moura, alcaide do mesmo, foi um dos primeiros fidalgos a reconhecer D. Filipe I⁵⁶.

Não deve ser esquecido que D. Cristóvão também patrocinou a obra do mosteiro de São Bento da Saúde, um edifício de inspiração “escurialense”, cujas dimensões excediam largamente as da principal fundação filipina em Lisboa, o mosteiro de São Vicente de Fora⁵⁷. Ali, na sua capela mor, os

Istorias e ditos galantes que sucederão e se disserão no paço, contendo matéria biobibliográfica inédita de Luís de Camões e outros escritores de século XVI, leitura do texto, introdução, notas e índices por C. C. Lund, Coimbra, Livraria Almeida, 1980, XCIII, pp. 147-152

⁵⁴ Esta e a versão castelhana, *Viage de la Cathólica Real Magestad del Rei D. Filipe III N. S. al Reino de Portugal y relación del solene recebimiento que en él se le hizo*, Madrid, Tomás Junti, 1622.

⁵⁵ GOMES, o. cit., p. 361.

⁵⁶ Em 1597 o rei confirmou-lhe a alcaidaria do castelo de São Sebastião na Ilha Terceira e “para as obras [do castelo] de Castel Rodrigo lhe aplicou por cinco annos terças da mesma villa, que foy como incitativo para fazer as casas que ali tem, huas das primeiras que desta qualidade ha em todo os Reynos”, RB, Ms. II/1688, fol. 100r. O castelo aparece no *Livro das fortalezas de Duarte de Armas* (1509). Veja-se também, L. M. Maldonado de Vasconcelos CORREIA, *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 58, 64, 123, 130 e 212.

⁵⁷ GOMES, o. cit., p. 359.

Castelo Rodrigo construíram o seu panteão familiar, uma obra da qual se encarregou o arquitecto Francesco Borromini em meados da década de 1630 (com a assistência do escultor François Duquesnoy).

Em relação também à imagem do poder, o núcleo central da minha investigação é aprofundar o exercício da privança de Moura, o modo como conseguiu alcançá-la e conservá-la durante quase duas décadas. É inevitável efectuar uma comparação com outros dignitários que foram considerados privados do monarca em outros momentos do reinado, como o duque de Faria, o príncipe de Éboli, o cardeal Espinosa ou o comendador-mor Juan de Zúñiga. Do mesmo modo parece apropriado contextualizar a privança de Moura no amplo marco político de análise que supõe a aparição da figura do primeiro ministro, válido ou favorito nas monarquias da Europa ocidental.

O regresso de Moura a Castela foi triunfal. O rei tinha-o cumulado de mercês na sua terra natal. O seu futuro político não podia ser mais promissor. D. Juan de Zúñiga, antigo embaixador em Roma e vice-rei de Nápoles, tinha regressado a Castela em 1582 para ocupar o seu lugar nos Conselhos de Estado e de Guerra. A sua influência sobre D. Filipe I era significativa pois o rei considerava-o um ministro de grande valor, tendo em conta que ambos tinham crescido juntos, e que o pai de Zúñiga, D. Juan de Zúñiga o *Velho*, tinha sido aio do rei. Entre ambos existia uma espécie de antiga amizade e afinidade que se tinha mantido incólume mesmo apesar da distância.

Antes mesmo de que Moura se começasse a destacar como privado, Zúñiga ocupava boa parte do protagonismo cortesão. O seu poder foi posto em evidência com a queda do que fora seu protector e agora adversário, o cardeal Granvela em 1584. O rei regressou de Lisboa em 1583 e confiou a Zúñiga a direcção da chamada *Junta de Noche*. Um ano mais tarde nomeou-o aio e mordomo-mor do príncipe. A sua inesperada morte, em Novembro de 1586, impediu que se tivesse tornado no principal ministro do rei. Foi precisamente Moura quem estava mais bem posicionado para ocupar o vazio de poder deixado pelo seu amigo. Além disso, na qualidade de testamentário de Zúñiga apropriou-se do seu imenso arquivo de papéis, uma fonte documental de primeira ordem que, no entanto, não ficou em seu poder nem chegou a integrar-se na magnífica biblioteca manuscrita que os Moura chegaram a reunir durante três gerações, mas sim passou para as mãos do marquês de Velada e posteriormente para a Casa dos condes de Altamira.

Desaparecido Zúñiga, todos os negócios começaram a passar pelas mãos de D. Cristóvão. Com ele comunicavam os presidentes, era com ele que o rei tomava decisões, e através de minutas eram dadas respostas às várias partes. Toda esta comunicação também se estendia aos vassallos, a outros monarcas, ao cardeal-arquiduque Alberto, à imperatriz Maria e ao príncipe seu filho. Os professores Fernando Bouza e Antonio Feros defenderam que foram a confiança e a intimidade de que gozou amplamente Moura com o rei, as chaves da sua privança, pois nenhum outro ministro havia tido, até essa data, uma posição semelhante a nível pessoal. Considerado o “amigo do rei”, o próprio D. Filipe I chegou a escrever que Moura era “para mi servicio y

para mi ayuda, pues sin ella es cierto yo no podría dar un solo paso adelante con tan gran carga sin dar con ella en tierra”. Escrevia e assinava em nome do rei no final dos seus dias, quando a incapacidade física do monarca lhe impedia de responder pessoalmente às consultas dos Conselhos e das Juntas, no habitual fatigante despacho diário. Em muitas ocasiões a letra de D. Cristóvão confunde-se com a de D. Filipe I, que escrevia com a sua mão aquilo que o rei lhe ditava ou decidia. A prática de governo exercida por Moura parece, a todos os níveis, a precursora do valimento que surge nos inícios do reinado de D. Filipe II⁵⁸. A partir de 1591 D. Cristóvão converteu-se no único intermediário entre o rei e a Junta de Governo, depois de D. Filipe I lhe ter concedido plenos poderes para responder, em seu nome, às consultas desta. Além disso, desde 1596 foi o responsável por transmitir os desígnios do monarca a todos os oficiais e Conselhos, erguendo-se, deste modo, como o mais poderoso dos ministros do monarca⁵⁹. De facto, o marquês de Denia, observador privilegiado destes acontecimentos, assumiria, uma vez que D. Filipe II lhe confirmou todo o seu favor, uma posição e umas competências muito similares, ainda que muito mais extensas e exercidas em exclusividade, como valido do novo rei⁶⁰. Pedro Roiz Soares afirmou categoricamente que Moura “depois por esta caussa [embaixada em Portugal] ueyo a ser tam grande Monarca governando e mandando mais do que nunca gouernou ne mandou priuado”⁶¹.

O célebre Soares – cuja obra é uma referência obrigatória quando se estuda o Portugal dos Filipes⁶² – escreveu, com sua habitual perspicácia, que

neste tempo sendo ellRey dom Felipe o segundo de setenta annos adoesseo gouernando por elle dom Cristóuão de Moura Marques de Castelo Rodrigo

⁵⁸ Muito interessante é o seu apoio decidido à conservação da Casa Real de Portugal, depois da agregação, questão que nem todos os ministros do rei partilhavam mas que, no entanto, acabou por apoiar D. Filipe I. A sua influência nas nomeações dos diferentes oficiais permitiu-lhe favorecer a seu gosto familiares, parentes e *hechuras*, fazendo da Casa Real um lugar privilegiado no qual integrar as elites do reino. Veja-se a imprescindível obra de F. LABRADOR ARROYO, *La Casa Real en Portugal (1580-1621)*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2009, pp. 48-49

⁵⁹ F. BOUZA, “El Rey y los cortesanos”, *Torre de los Lujanes*, 32 (4.º trimestre 1996), pp. 77-88 e “Servidumbres de la soberana grandeza. Criticar al rey en la corte de Felipe II”, em A. Alvar Ezquerro (coord.), *Imágenes históricas de Felipe II*, Madrid, Centro de Estudios Cervantinos & CSIC, 2000, pp. 141-179; A. FEROS, “El viejo monarca y los nuevos favoritos: los discursos sobre la privanza en el reinado de Felipe II”, *Studia Historica. Historia Moderna*, 17 (1997), p. 11-36 e também do mesmo autor “Almas gemelas: monarcas y favoritos en la primera mitad del siglo XVII”, *España, Europa y el mundo atlántico. Homenaje a John H. Elliott*, Junta de Castilla y León & Marcial Pons, 2001, pp. 49-82.

⁶⁰ Disto nos ocupamos em S. MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, “Ya no hay Rey sin Privado. Don Cristóbal de Moura, un modelo de privanza en el Siglo de los Validos”, em *Revista Libros de la Corte*, n.º 2, Ano 2, 2010, pp. 21-37.

⁶¹ SOARES, *o. cit.*, p. 152.

⁶² A este respeito, F. BOUZA, “De las alteraciones de Beja (1593) a la revuelta lisboeta dos ingleses (1596). Lucha política en el último Portugal del primer Felipe”, *Studia historica. Historia moderna*, 17 (1997), p. 99.

purtuguês chegando a tal mando ualia, Riqueza e poder que elle era o governo despanha fiando elRey delle tudo e fazendoo de hum muito pobre fidalgo tam grande e tam poderosso que não auia outro em Espanha senão elle o que tudo meresseo e alcansou como ho dito Rey por elle ser estromento de lhe entregare Purtugal ⁶³.

Uma das questões sobre as quais centramos a nossa investigação remete de modo iniludível para a forma em que teve lugar o relevo de Moura na direcção do governo da Monarquia Hispânica quando D. Filipe II ascendeu ao trono. Embora o jovem rei tenha franqueado a documentação de Estado mais sensível ao seu favorito, o então marquês de Denia, depois de ser informado da morte do seu pai, continuou a confiar a maioria dos assuntos relevantes a D. Cristóvão, com quem despachava todos os dias. O ligeiro incidente que teve lugar entre o privado e o ainda príncipe enquanto agonizava D. Filipe I – tantas vezes referido, com suspeito interesse, pela historiografia oficial do reinado – a propósito da custódia das chaves dos escritórios do rei, não fez mais do que perpetuar a imagem de um Moura caído em desgraça. No entanto, na realidade não parece ter sido tão determinante ou, pelo menos, isso é o que parece deduzir-se de alguns testemunhos, em concreto de uma biografia anónima em português de D. Cristóvão, que não obstante, parece ter sido escrita para maior glória do grande privado do Rei Prudente. É muito provável que D. Manuel de Moura tenha sido o principal inspirador desta obra, dada a veneração que sentia e manifestava muito amiúde pelo seu pai, o seu obsessivo interesse em recuperar a memória política do seu pai, a sua reivindicação da modélica experiência de governo passado.

A posterior intervenção de D. Cristóvão em Portugal, como vice-rei e capitão-geral durante os seus dois mandatos (1600-1603 e 1608-1612)⁶⁴, demonstra até que ponto os seus conhecimentos sobre os assuntos do reino eram valorizados em Madrid. Certo é que quando D. Filipe II chegou ao trono prescindiu de Moura e afastou-o da corte, ainda que escolhendo cuidadosamente o seu destino, o governo de Portugal, reconhecendo desta maneira a sua acreditada experiência. A sua designação não foi muito bem acolhida por um conjunto nada despiciendo de fidalgos ciosos dos seus direitos e privilégios. Também é certo que a sua chegada como vice-rei contrariava o que fora pactuado em Tomar e equiparava Portugal ao estatuto de uma simples província. Os detractores da decisão preferiam a opção anterior – perante “los grandes daños que este Reyno recibe de la nueva Orden con que determina governarlo” –, a que tinha governado o reino através de uma

⁶³ SOARES, *o. cit.*, p. 350.

⁶⁴ Veja-se J. Veríssimo SERRÃO, “Primeira vice-realeza de Cristóvão de Moura. 1600-1603” e “Segunda vice-realeza de Cristóvão de Moura. 1608-1612”, em J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. IV. *Governo dos Reis Espanhóis (1580-1640)*, Editorial Verbo, 1979, pp. 50-60 e 69-82.

junta de cinco membros e da qual claramente, asseguravam, D. Cristóvão, por “la prudência y noticia de las cosas y demás calidades que S. M. conoçe le haçen digno de ser un excelente governador en la compañía de los demás”, não era o melhor candidato, dado que, em seu entender, “para VisoRey faltan en él las calidades que S. M., que esté en el çielo, entendía ser tan necesarias quando en lugar del Archiduque [Alberto] pretendió ynviar no sólo a la Emperatriz”. O flamante marquês de Castelo Rodrigo tinha o conhecimento suficiente do que ocorria na sua terra natal para já imaginar que o seu mandato não seria nada cómodo, suspeita que teve ocasião de confirmar quando colocou o pé em Lisboa. O lustroso recebimento que teve o novo vice-rei, apesar de notáveis ausências – “porque mudanza tan no pensada tiene perturbados los ánimos de todos”⁶⁵ –, encobriu, na aparência, a indiferença geral com que o novo vice-rei foi acolhido⁶⁶.

O próprio Moura também não parecia muito disposto em aceitar a nova responsabilidade que o rei lhe tinha reservado. Embora voltasse à sua terra natal, circunstância que lhe ia servir para supervisionar pessoalmente as numerosas obras que patrocinava em Lisboa e nos seus arredores, não ocultou o seu desgosto. Poucos meses depois da sua chegada à cidade do Tejo, lamentando os tempos não tão distantes da plenitude da sua privança, escreveu a Esteban de Ibarra que lhe respondesse o que “es mejor, ser virrey o hazer virreyes, por que yo con lo postrero me hallava mejor”⁶⁷.

O certo é que as suas políticas não agradaram na corte, em especial as introduzidas durante o seu primeiro vice-reinado, dado que era acusado de contemporizar em excesso com os naturais e de ter a pretensão de se fazer querido por eles à custa de minguar a autoridade da Coroa. Numa consulta da junta constituída por D. Juan de Idiáquez, o conde de Miranda, presidente do Consejo de Castilla, e o confessor do rei, frei Gaspar de Córdoba, datada de 1601, afirmava-se que o vice-rei

gobierna con muchos respectos, como natural, attendiendo a no hazerse malquisto con ellos y a no dexar odiosos allí a sus hijos y procura hazer gusto a todos los ministros que pueden ayudar a este fin.

Parecia mais preocupado com os seus próprios interesses do que com os do rei. Isto, no entender dos membros da junta, dava ocasião a que “le pierdan el respeto y padeseçe la reputación”. Denunciava-se, além disso, que era remisso em aplicar a lei, pois procedia “tan encogida y desautorizada-

⁶⁵ *Memorial que se dio a los gobernadores de el estado de Portugal sobre la venida de Don Cristóval de Mora por viso Rey destes Reynos*, BNE, Ms. 887, fols. 299r-300v.

⁶⁶ J. Veríssimo SERRÃO, “A chegada do vice-rei D. Cristóvão de Moura, em 1600. Um documento inédito”, *Colectânea de Estudos em honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, pp. 205-213.

⁶⁷ Lisboa, 5 de Setembro de 1600, AHN [Archivo Histórico Nacional], Estado, Libro 76, fols. 242r-243v.

mente que da ocasión a que le pierdan el respeto... y desobedientes a las leys y órdenes de S. M sin más fundamento que el de su voluntad". Entre os seus mais estreitos colaboradores, era descrito como "íntimo amigo" o poderoso secretário Pedro Álvares Pereira, embora fosse *hechura* do duque de Lerma. Dizia-se também "que ay dos ministros que son dueños dél", João Teves, contador-mor de contas, e Vasco Fernandes, provedor dos Armazéns e das Armadas da Índia⁶⁸.

Também não ajudava muito a sua gestão do governo o afastamento a que era submetido sistematicamente pelo valido do rei⁶⁹. "A nada se nos responde, ni por Estado, ni por Guerra, y assí se passa la vida desconsoladamente porque caminamos a tino y sin saber si son acertados los pasos que se dan"⁷⁰, confessava a Esteban de Ibarra em 1602.

O delicado assunto do perdão geral para os cristãos novos⁷¹, a breve crise que provocou o ressurgimento do sebastianismo com o Calabrês e a provisão das armadas da Índia, bem como as calamidades de que padeciam as guarnições castelhanas, foram assuntos que o ocuparam durante longo tempo. Pouco tempo depois de ser investido como vice-rei, lamentava-se numa carta ao secretário Pedro Álvares Pereira sobre a precária situação da sua terra natal, denunciando que Sua Magestade quisera "tapar todos os buracos de Castilla como o pano deste Reino, dexiando a todos nelle rotos e esfarrapados". Não menos grave era o que ocorria nos territórios ultramarinos, em especial no Estado da Índia, sem assistência da corte e assediado por "bajeles ingleses y holandeses". Moura, zangado, perguntava "cómo se considera que en tempo que andamos beijando no cu hum marinheiro para que queira ir a Índia mande S.M. que lhe tirem as liberdades que tiverão desde que a Índia começou"⁷². Em 1602, lembrou ao rei que "sin Índias no ay Portugal"⁷³.

O balanço deste primeiro governo não podia ter sido mais sombrio para a reputação de Moura. Como afirmava o autor anónimo de uma relação de sucessos de 1603, D. Cristóvão foi "más notable por lo que sufrió, que por lo que hizo en todo aquel tiempo"⁷⁴. Apesar do seu desejo de regressar a Madrid, amplamente manifestado nas suas cartas, uma vez terminado o seu mandato, Lerma conseguiu dificultar quanto pôde o seu regresso, obrigando

⁶⁸ AGS [Archivo General de Simancas], Estado, Legajo 435, fólhos não numerados.

⁶⁹ A correspondência destes primeiros anos – com os secretários Esteban de Ibarra, Pedro Álvares Pereira e Juan de Borja, entre outros – evidencia o seu profundo desprezo pela política de Madrid, o seu pesar pela indiferença do monarca para com os assuntos de governo e a sua escassa influência, veja-se por exemplo, AHN, Estado, Libros 78 y 79.

⁷⁰ Lisboa, 21 de Setembro de 1602, AHN, Estado, Libro 79, fols. 1r-2v.

⁷¹ F. OLIVAL, *D. Filipe II*, Círculo de Leitores & Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesas, 2006, pp. 130-131.

⁷² Lisboa, 15 de Novembro de 1600, AHN, Estado, Libro 81, fol. 55r-v.

⁷³ Lisboa (?), 6 de Fevereiro de 1602, *ibidem*, fols. 137r-140v.

⁷⁴ BNE, Ms. 2347, fol. 5r-v.

D. Cristóvão a permanecer em Portugal sem qualquer ofício de governo durante quase um lustro. A sua amargura pelo desprezo do rei aparece com muita frequência na correspondência privada daqueles anos, em especial nas suas cartas ao bispo de Leiria, D. Pedro de Castilho, seu sucessor⁷⁵.

Quando o português foi finalmente chamado a Madrid em 1607 fê-lo para satisfação de um monarca, que, segundo afirmava o autor do anónimo bosquejo biográfico de Moura, anteriormente referido (ver nota 39), o encheu de mercês – concedeu-lhe, entre outras, o marquesado de Castelo Rodrigo por três vidas que começariam a contar no seu filho e o condado de Lumiares também para este – e demonstrou-lhe em público o seu apreço.

Lerma pressionou tanto quanto pôde para obter novamente a sua designação como vice-rei, algo que o português não queria, desejoso de permanecer na corte. O próprio monarca recordaria, com agrado, a alguns cavaleiros da sua sua câmara que o seu velho *sumiller de corps* trazia “el mismo vestido con [el que] le yva a despertar por las mañanas en aquel sitio [El Escorial]” quando era príncipe. “Por refrescar estas memorias se havia puesto este vestido”, que também aproveitou “para sus cortesánias” pois, estando sentado à mesa do rei e perguntando-lhe este “si era buena tierra Portugal, respondió que era tan buena que ni los vestidos se gastavan. Y assí trahía el mismo con que solía servirle en otra edad”⁷⁶.

Durante o seu segundo vice-reinado, foi impressa em Paris em 1610, uma alegação em forma de *Lettre à dom Christophe de Moura*, na qual um dos pretendentes legitimistas ao trono lusitano se dirigia ao marquês de Castelo Rodrigo para lhe propor que liderasse a recuperação da independência perdida⁷⁷. A invocação da “*Restauration de sa patrie*” surgia pelo menos provocadora para alguém como o referido, dado que era tido como o principal artífice da chegada ao trono português de D. Filipe I. Parecia, pois, a mão mais adequada para devolver a Portugal a sua dignidade como reino.

A identificação dos Moura com a nova dinastia conferiu à Casa inúmeros benefícios, contribuindo para o seu engrandecimento em Portugal e

⁷⁵ “Também se deve estimar que se lembre V S. dos versos de Ouidio, em tempo que com tanta occupação se pode esquecer tudo o mais que nao foi o que VS traz entre maos... VS como natural destes Reinos e tam antiguo cortesão sabe bem da maneira que os Reis tratam as pessoas a quem derão o titulo que eu tenho e como te tratarão a mi em Castella conforme a isto todos os Governadores passados fisseram particular differença como os homes com quem el Rey a fazia, pagandolhes a vesitição que lhes faziam e disto ninguem se queixou, nem com rasão o podiam fazer, com muita mais se queixarao de mi os que tiver con este título se me descuidasse no decoro que se lhe debe, estes sao os grilhoes que a mi me podem de ter”, de casa, 6 de Fevereiro de 1605, Moura a Castilho, BA [Biblioteca do Palácio de Ajuda], Ms. 51-VIII-14, fol. 117v.

⁷⁶ Veja-se uma versão muito semelhante, em castellano, na relação anónima da BNE, Ms. 2347, fols. 335r-336v.

⁷⁷ *Lettre que le seigneur Dom Christophle fils de Deffunct Roy de Portugal, Dom Anthoine, a escript sus un nom posé a Dom Christophle de Moura, Viceroy en Portugal, le persuadant de faire quelque chose pour la Restauration de sa patrie*. Paris, Chez Guillaume Marette, 1610. Também BOUZA, “De las alteraciones de Beja”, p. 109.

facilitando a sua inserção no seio da aristocracia castelhana. Mas, ao mesmo tempo forjou uma imagem muito negativa e hostil da família para os sectores contrários aos Filipes, os sebastianistas e antonianos, a qual era acusada de ter entregue o reino ao inimigo secular, Castela. Apesar de que tanto D. Cristóvão, tal como o seu filho e sucessor, D. Manuel, sempre defenderam a vigência dos acordos de Tomar de 1581, sobre os que se sustentava o Portugal agregado, a consideração de traidores finalmente acabou por ganhar a batalha da propaganda política, em especial com a Restauração, e negando a sua contribuição para o progresso do reino⁷⁸. A reputação dos Castelo Rodrigo foi interessada e convenientemente manchada e a sua memória ocultada até quase desaparecer por completo.

A herança de D. Cristóvão: O Marquesado de Castelo Rodrigo, uma das mais grandes casas nobiliárquicas do Portugal Habsburgo e da Monarquia Hispânica

D. Cristóvão estava muito longe de imaginar o pior dos cenários para a sua Casa. Durante o tempo em que foi privado de D. Filipe I e grande ministro para assuntos portugueses de D. Filipe II, conseguiu acrescentar notavelmente o peso da sua Casa e da sua rede clientelar na sua terra natal. Pêro Roiz Soares, apontava neste sentido, no seu famoso Memorial, quando referia a “grande priuança” y “grandes Riquezas” [de D. Cristóvão] estendida “a todos seus parentes, irmãs sobrinhas e sobrinhos que outrosim erao muito pobres enriqueção e deu cargos que os fez a todos dos mais ricos que auia em Portugal”. Não exagerava Soares, pois uma relação anónima, datada de 1622, ou seja, o ano seguinte da entronização de D. Filipe III, atribuía à rede familiar e clientelar dos Moura não só uma presença mais do que notável na corte de Madrid, traduzida em alguns dos principais ofícios das Casas do Rei e da Rainha, mas também em cargos, magistraturas e comandos militares no governo geral do reino de Portugal e seu Império ultramarino.

A capacidade de D. Manuel para aumentar o peso do poderoso clã familiar criado por dom Cristóvão contribuiu ainda mais para alargar o poder dos Moura em Portugal até ao ponto de constituir a segunda rede de solidariedades mais importante do reino, depois dos Bragança⁷⁹. Esta singularidade não pode passar despercebida, se como era nosso propósito, se tornava necessário avaliar a influência real da Casa ao longo de várias gerações. Por isso, o que originalmente foi concebido como um estudo cuja refe-

⁷⁸ S. de LUXÁN MELÉNDEZ, *La revolución de 1640 en Portugal, sus fundamentos sociales y sus caracteres nacionales. El Consejo de Portugal: 1580-1640*, tese doutoral inédita, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 1986, p. 157.

⁷⁹ Veja-se M. Soares da CUNHA, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, pp. 395-546.

rência vital se limitava aos limites definidos pela vida de D. Cristóvão, foi inevitavelmente ampliando os seus horizontes cronológicos e temáticos de maneira a incorporar a avaliação da herança política de D. Cristóvão e a projecção da sua ampla rede familiar e clientelar no tempo de dom Manuel de Moura, segundo marquês de Castelo Rodrigo, pelo menos até à data crucial de 1640. Com este alargamento do âmbito de trabalho procura-se alcançar uma visão muito mais completa da trajectória dos Moura durante as duas gerações mais brilhantes da sua fulgurante e, no entanto, efémera trajectória no Portugal Moderno⁸⁰. A política matrimonial de D. Cristóvão parece decididamente orientada para consolidar os seus vínculos em Portugal. Três dos seus quatro filhos, entre eles o seu herdeiro, foram destinados a casamentos com linhagens lusitanas (Tentúgal, Portalegre e Vimioso) e paradoxalmente, todos os casamentos, exceptuando um (os duques de Alcalá), acontecem quando Moura estava às portas da morte ou anos depois de ter falecido. Nem o momento, nem a escolha destas famílias foi casual.

As estratégias matrimoniais de D. Manuel mudaram os interesses paternos, pois era já evidente que aquilo que era pretendido num primeiro momento, a consolidação e legitimação da linhagem, assim como a sua reputação, já se conseguira⁸¹. O segundo marquês continuou a reforçar a presença do seu sangue em Portugal, negociando os dois matrimónios sucessivos de suas filhas – D. Margarida de Melo e D. Mariana de Castro – com D. Miguel de Meneses e Noronha, segundo duque de Caminha e marquês de Vila Real. Mas procurou ainda assim ampliar o seu horizonte sanguíneo, estabelecendo alianças para além da Península Ibérica, com a Casa de Lorena e a linhagem italo-aragonesa dos príncipes de Paternò-duques de Montalto. A sua influência em Itália tornou-se mais notável ainda quando, em 1654, D. Filipe III lhes concedeu o ducado de Nocera, em Nápoles, uma compensação pela sua custosa lealdade.

⁸⁰ Estas questões e outras igualmente relevantes já foram apontadas em várias comunicações em congressos, que em breve serão publicadas: “Don Manuel de Moura, Marqués de Castelo Rodrigo: mecenazgo y bibliofilia de la nobleza portuguesa en la corte de Felipe IV”, Congresso Internacional *Poder y Saber. Bibliotecas y bibliofilia en la época del Conde-Duque de Olivares*, organizado por The University of Nottingham, Arts & Humanities Research Council, el Centro de Estudios Europa Hispánica, IULCE, la Fundación Lázaro Galdiano y Patrimonio Nacional, Madrid, 24-26 de Setembro de 2009; “Luta política, governo e obediência no Portugal do Conde Duque: D. Manuel de Moura Corte-Real, marquês de Castelo Rodrigo, e a nobreza lusitana da Monarquia Hispânica”, *Portugal na Monarquia Espanhola. Dinâmicas de integração e de conflito. Quintas Jornadas de História das Monarquias Ibéricas*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Instituto Cervantes de Lisboa, 26-28 de Novembro de 2009.

⁸¹ O contexto geral sobre os matrimónios da aristocracia lusitana com outras casas nobiliárquicas da Monarquia Hispânica em M. Soares da CUNHA, “Títulos portugueses e matrimónios mixtos en la Monarquía Hispánica”, em B. Yun Casalilla (dir.), *Las Redes del Imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*, Madrid, Marcial Pons-Universidad Pablo de Olavide, 2006, pp. 205-231.

O vínculo com Itália acabou por desvirtuar a ascendência lusitana dos Moura, em especial quando a herdeira do terceiro marquês, se aparentou com o príncipe Pio de Sabóia, unindo-se ao seu filho Francisco Pio de Sabóia Moura Corte Real, ambos títulos principais. A privação total dos seus bens em Portugal, confirmada em 1668, obrigou os Moura a considerarem novas alternativas para superar a crise de reputação. Ainda que conservassem a titularidade do marquesado de Castelo Rodrigo e o condado de Lumiares, nominalmente, perderam o seu estatuto senhorial em Portugal, onde ambos os seus títulos foram abolidos e as suas rendas incorporadas na Fazenda Real.

Seja como for, do que não restam dúvidas é que a política de arraigar em Portugal dos Moura foi um êxito e só foi frustrada em 1640. O propósito dos Castelo Rodrigo, durante estas décadas de graça e favor, foi assumir-se como referência indiscutível da nobreza filipina, da nobreza titulada que tinha surgido com a nova dinastia. Pelo menos em D. Cristóvão parece ter sido uma ambição mais dissimulada, mas o mesmo não aconteceu com o seu filho. A sua finalidade, como advertia desde Génova, no princípio de Janeiro de 1636, o conde Fulvio Testi ao duque de Módena, era ser reconhecido como a principal cabeça de Portugal por nobreza e riqueza, título que disputava com o seu primo dom Francisco de Melo, que defendia esse merecimento pela qualidade do seu sangue⁸². Desde logo, esse empenho pode reconhecer-se no processo de fortalecimento da sua ligação a Portugal. Quando D. Cristóvão morreu, em 1613, os Castelo Rodrigo eram considerados uma das Casas mais ricas e poderosas de Portugal. O sempre bem informado cronista Cabrera de Córdoba calculava as suas rendas em cinquenta mil ducados. O terceiro marquês, D. Francisco de Moura Corte Real, seis anos depois de se assinar a Paz de Lisboa e de se reconhecer a soberania de Portugal, estimava, no entanto, que o valor das perdas ascendia a “más de sesenta mil ducados de rentas”, – excluindo as propriedades imobiliárias⁸³. Seja como for, não deixava de ser um património sem dúvida impressionante, tendo em conta a brevidade do tempo em que tinha sido reunido.

Será durante a última fase do reinado de D. Filipe I que o poderio senhorial de Moura irá ganhar forma em Portugal. No entanto, e algo paradoxalmente, tal será concretizado apenas no reinado do seu filho, numa altura em que os Moura alcançaram maior peso no reino com um notável incremento nas concessões territoriais e jurisdicionais. Se aceitarmos a veracidade das informações – despojando-as de toda a sua densa adulação – que contém a biografia anónima, forjada com toda a probabilidade na oficina historiográfica que D. Manuel de Moura, segundo marquês de Castelo Rodrigo, acolhia

⁸² F. TESTI, *Lettere*, Bari, 1960, vol. II, p. 581. Fico agradecido à gentileza de Rafael Valladares o facto de me ter dado conhecimento deste valioso testemunho.

⁸³ “Papel del Marqués de Castel Rodrigo al Rey nuestro señor”, 26 de Novembro de 1675, RAH, Ms. U-6, fols. 274r-275v.

em sua casa, o duque de Lerma recomendou a D. Cristóvão, depois do falecimento de D. Filipe I, que adquirisse um lugar em Castela para que D. Filipe II lhe pudesse conceder sobre ele um ducado. Parece que Moura subestimou a oferta, julgando que não dispunha de suficiente fazenda para o sustentar com dignidade⁸⁴. Correram até rumores, dos quais fez eco o próprio Cabrera de Córdoba – igualmente próximo dos Moura – que afirmavam que D. Cristóvão tinha pedido um título na América, o marquesado da Terra Nova, patri-mónio este que pertencia à sua esposa⁸⁵. No entanto, preferiu aceitar outras mercês como a elevação do seu condado a marquesado – 27 de Dezembro de 1598 –, que renovou por três vidas. O rei também lhe outorgou a grandeza de Espanha; além disso, concedeu-lhe uma renda de 3.000 ducados sobre o paul de Trava, uma ajuda de custo de 20.000 cruzados por ano, a renovação da posse da comenda-mor de Alcántara (conseguida em 1588) no seu filho, o ofício de vedor da Fazenda igualmente para o seu filho, e a chave de gentil-homem da câmara. Do mesmo modo conseguiu conservar os seus lugares de conselheiro de Portugal, Estado e Guerra. Não foi má a recompensa para aquele que havia sido o último grande privado do defunto rei. Apesar de tudo, deixou a priverança muito bem recompensado. D. Filipe II continuou a honrar os Moura, pois em 1607, como já referimos, ampliou os seus horizontes senhoriais com o condado de Lumiares por juro e herdade, para além de lhe confirmar o paul de Trava, na ribeira do Tejo.

A 27 de Dezembro de 1613 a morte atingiu D. Cristóvão em Madrid. D. Alonso de Velasco, recém-chegado da sua embaixada em Londres, assistiu ao enterro em companhia de D. Juan de Idiáquez. A dada altura do cortejo D. Alonso dirigiu-se àquele que tinha sido amigo do falecido durante mais de cinquenta anos para se lamentar de que só “le habría faltado de morir en su casa para tenerle por felice su carrera”⁸⁶. Que apropriadas surgem as palavras de Velasco para definir a trajetória de vida e política de D. Cristóvão de Moura, mas também quão premonitórias do destino trágico que aguardava os Castelo Rodrigo no efémero Portugal dos Filipes.

⁸⁴ RB, II/1688, fol. 103r.

⁸⁵ L. CABRERA DE CÓRDOBA, *Relaciones de las cosas sucedidas en la corte de España desde 1599 hasta 1614*, Salamanca, Junta de Castilla y León, 1997, p. 1.

⁸⁶ Carta a Diego Sarmiento de Acuña, Madrid, 1 de Janeiro de 1614, II/2173, doc. 20.